



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 26 de junho de 2018.

Edição n. 2402

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....2

Súmulas de contratos.....2

Avisos de licitações.....3

Editais.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4

Súmulas de convênios.....5

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Comunicado.....5

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Editais.....6



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N. 36/2018 - PGJ

Declara Hóspede Oficial do Estado, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4.º, § 5.º, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1.º É declarada Hóspede Oficial do Estado, nos dias 02 e 03 de julho de 2018, a Dra. **Madgéli Frantz Machado**, Juíza de Direito do 1.º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Alegre, que participará do evento sobre "**Justiça Restaurativa**", em Ijuí/RS, na qualidade de palestrante.

Art. 2.º As despesas decorrentes da execução do presente Provimento dizem respeito à passagem terrestre, hospedagem, alimentação e deslocamento urbano, e correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de junho de 2018.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

PROVIMENTO N. 37/2018 - PGJ

Declara Hóspede Oficial do Estado, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4.º, § 5.º, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982,

RESOLVE, considerando os termos da DL.01358.00039/2018-4, editar o seguinte Provimento:

Art. 1.º É declarado Hóspede Oficial do Estado, no período de 27 de junho a 1.º de julho de 2018, **Diego Cassiano Lorenzoni Carbone**, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – 2ª Vara Criminal e JIJ de São Borja/RS, que participará do **Curso Lei 13.431/2017 - A Escuta Especializada e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Atos de Violência**, a ser realizado dias 28 e 29 de junho de 2018, no Auditório do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF, em Porto Alegre, na qualidade de palestrante.

Art. 2.º As despesas decorrentes da execução do presente Provimento dizem respeito a transporte terrestre e alimentação nos dias 27, 28 e 29 de junho, e transporte no dia

1.º de julho, e correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de junho de 2018.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N. 1777/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE publicar extrato da **Decisão** proferida na Sindicância **SPU.PR.01055.00037/2017-6**, conforme **Parecer** e **Decisão** constantes nas folhas 194/212, nos seguintes termos:

APLICAR a servidores do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, ao primeiro, por infringência aos incisos I, IV e V (este c/c os Provimentos n.º 14 e 15/2015) e VII do art. 177, na forma dos incisos III e V do art. 189, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 10.098/94, a pena de **suspensão de 15 (quinze) dias, convertida em multa, à base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração**, com base no art. 189, § 2º, do mesmo diploma legal; e, ao segundo, por infringência aos incisos I, IV e V (este c/c os Provimentos n.º 14 e 15/2015) e VII do art. 177, na forma dos incisos III e V do art. 189, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 10.098/94, a pena de **suspensão de 20 (vinte) dias, convertida em multa, à base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração**, com base no art. 189, § 2º, do mesmo diploma legal.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de junho de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PROA N. 18/0900-0000900-1**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor Cleber Moura, matrícula. n. 14957108 ; OBJETO: inclusão de veículo de propriedade do servidor, de placa IRB 1472, mediante



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de junho de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2402

indenização de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Direção-Geral, em conformidade com o Provimento n. 12/2013; DATA DE ASSINATURA: 22 de junho de 2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

RECURSO ADMINISTRATIVO
SGA N. 00677.000.051/2018
CONCORRÊNCIA N. 01/2018

A Procuradoria-Geral de Justiça, relativamente ao procedimento licitatório que tem como objeto a construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Passo Fundo, torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo: (a) não conhecer o recurso administrativo interposto por ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA; (b) manter a decisão recorrida, que classificou em primeiro lugar a licitante KUPSKI CONSTRUTORA LTDA.; (c) adjudicar o objeto à KUPSKI CONSTRUTORA LTDA. e homologar o procedimento licitatório. **FUNDAMENTO LEGAL**: princípios, legislação e Ato Convocatório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO
DE COMPRA E VENDA N. 053/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.070/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 27/2018

CONTRATADA: CENCI EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA LTDA; **OBJETO**: aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores do Ministério Público/RS, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Marca/ Modelo	Un	Valor unitário
2	Abafador de Ruído Tipo Concha	20	MAS/HPE CA 15623	Un	R\$ 158,00

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses; **VALOR TOTAL**: R\$ 3.160,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30 Rubrica 3015; **FUNDAMENTO LEGAL**: Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, Lei Complementar no 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS no 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCESSO N. 02405.000.070/2018

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor

Rosenei Borba e, como sua substituta a servidora Patrícia Disegna.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 49/2018 (PGEA n. 00588.000.322/2018)

Tipo: Menor Preço. **Objeto**: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, atendimento de situações de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, nos elevadores, plataforma e monta carga, instalados em diversas sedes deste Ministério Público Estadual, conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas**: 09/07/2018, às 14 horas. **Data e horário de início da disputa de preços**: 10/07/2018 às 14 horas, lotes 1 a 4 e 11/07/2018 às 14h, lotes 5 a 7. **Local**: www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página**: http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal**: Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de junho de 2018.

LEILA DENISE BOTTEGA RUSCHEL,
Pregoeira.

EDITAL N. 095/2018
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n. 0743/2018, publicada no Boletim n. 084/2018, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 22/03/2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes nos Termos de Eliminação de Documentos n. 97/2018, n. 187/2018, n. 220/2018 e n. 242/2018, preenchidos de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, http://www.mprs.mp.br/gestao_documento/ e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de junho de 2018.

DIOMAR JACINTA RECH,
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

EDITAL N. 096/2018
 Resultado do Edital n. 089/2018
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO
 (DEMP 15/06/2018)

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR**, faz público que, tendo em vista o que consta no



PR.00576.00352/2018-9, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n. 096/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de junho de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 26/2018

A COORDENADORA DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00088/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janaina de Carli dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Possível aumento abusivo da mensalidade do curso de medicina da UCS. INVESTIGADO(S): Universidade de Caxias do Sul. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00063/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar eventuais práticas abusivas nas relações de consumo, tendo como investigado Paquetá Calçados Ltda e Cred-System Adm. de Cartões de Crédito Ltda. INVESTIGADOS(S): Cred-System Administradora de Cartões de Crédito Ltda e Paquetá Calçados Ltda. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00824.00060/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Barbosa de Borba. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. Objeto: eventual descumprimento de prazo para a implementação do programa Fixo Rural™ pela Operadora OI. Investigado: OI S/A. Local: 7º Distrito de Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.001.311/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Ricardo Colpo Marchesan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Trata-se de laudo analítico do laboratório NSF Bioensaios, encaminhado pela CEASA. INVESTIGADO(S): Velercy Santos Justin. LOCAL DO FATO: RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.000.318/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Ricardo Colpo Marchesan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Cláusula contratual equívoca. INVESTIGADO(S): Guarida Imóveis. LOCAL DO FATO: Porto Alegre e RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.001.284/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar eventual fornecimento de produto impróprio para consumo. INVESTIGADO(S): Jacoby Com. de Leg e Hortf. Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.000.158/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Ricardo Colpo Marchesan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Encaminhamento, pelo CEVS-RS, de cópia de laudo apresentando resultado insatisfatório quanto à presença de resíduos de agrotóxicos, referente à empresa Comercial de Hortifrutigranjeiros BR Ltda.. INVESTIGADO(S): Comercial de Hortifrutigranjeiros BR Ltda., Irmãos Nedel. LOCAL DO FATO: Porto Alegre e Grande Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00929.000.152/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Veranópolis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucio Flavo Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis. OBJETO: Descumprimento das condições da outorga e das normas vigentes quanto ao tratamento da água extraída de poço tubular profundo para consumo comunitário, localizado na Capela Nossa Senhora das Graças, Fagundes Varela. INVESTIGADO(S): Associação do Poço Artesiano da Capela Nossa Senhora das Graças. LOCAL DO FATO: Fagundes Varela.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.00016/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Para apurar a exposição e venda de produtos impróprios ao consumo e fora de condições de conservação pelo Supermercado Max Center, localizado na Rua Pedro Cláudio Monassa, n. 268, em Alvorada. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Alvorada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de Junho de 2018.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de junho de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2402

**SÚMULAS DE CONVÊNIOS
E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
PR.00687.00081/2018-0**

TIPO DE INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Operacional; **OBJETO:** Acesso à base de dados de denúncias do site Reclame Aqui, para que, mediante a apuração e o acompanhamento de delitos praticados por sites de comércio eletrônico seja alcançada a correta e efetiva proteção ao consumidor; **CONVENIENTE:** Óbvio Brasil Software e Serviços Ltda; **CNPJ:** 13.114.403/0001-03; **VALOR DO REPASSE:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de junho de 2018.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**SÚMULAS DE CONVÊNIOS
E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
PR.01220.00070/2016-9**

TIPO DE INSTRUMENTO: Termo de Cooperação; **OBJETO:** Disponibilizar atendimento pelo projeto Plantão Psicológico (PSICO AÇÃO) do núcleo de psicologia do CESUCA às crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, bem como a seus familiares, em situação de risco social ou conflito familiar; **CONVENIENTE:** A CESUCA – Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha; **CNPJ:** 05.687.481/0001-79; **VALOR DO REPASSE:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de junho de 2018.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMUNICADO N. 009/2018-CGMP

A **CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, nos termos do § 3º do artigo 3º do Provimento n. 004/2017-CGMP, divulga o cronograma das **correções ordinárias** para o mês de agosto de 2018:

Agosto		
Data	Promotoria de Justiça	
13 e 14	Porto Alegre	PJ do Tribunal do Júri – 3º, 7º e 8º cargos
15 e 16	Venâncio Aires	1º, 2º e 3º cargos
16	Porto Alegre	PJ Regional do Partenon – 4º cargo
21	Porto Alegre	PJ Execução Criminal de Porto Alegre – 9º cargo
21 a 23	Santiago	PJ Criminal
		PJ Cível
22	Novo Hamburgo	PJ Cível – 1º cargo
		PJ Especializada – 2º cargo
22	Porto Alegre	PJ Ordem Urbanística – 2º cargo
29 e 30	Rio Pardo	1º e 2º cargos
	Candelária	Cargo único
29 e 30	Viamão	PJ Substituta Criminal
		PJ Especializada – 1º e 2º cargos

A equipe da Corregedoria-Geral, presente nas datas e Comarcas acima citadas, coloca-se à disposição da comunidade e autoridades locais para atendimento quanto à atuação dos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares.

Porto Alegre, 25 de junho de 2018.

IVAN MELGARÉ,
Corregedor-Geral do Ministério Público.



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO SUPERIOR – DIREITO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
DIVULGAÇÃO LOCAL DE PROVA

EDITAL 02/2018 - HORIZONTINA

O Promotor de Justiça RICARDO MISKO CAMPINEIRO, Diretor da Promotoria de Justiça de Horizontina, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento n. 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE**:

I - TORNAR PÚBLICA a homologação das inscrições para o processo seletivo de estagiários de nível superior do curso de Direito para atuarem junto às **Promotorias de Justiça de Horizontina (1ª e 2ª Promotorias)**, conforme Anexo I.

II – DIVULGAR informações referentes à realização da Prova, conforme segue:

- Data: 03/07/2018 (terça-feira);
- Local: Biblioteca Pública Municipal (Avenida Dahne de Abreu, n. 572, centro – Horizontina)
- Horário de Realização: às 14 horas, com duração de 03 (três) horas;
- Documentação necessária: comprovante de inscrição, documento oficial de identidade com foto e caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

III – RESSALTAR que durante a realização das provas não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (*bip, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, mp3 player, ipod, ipad* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Horizontina, 26 de junho de 2018.

RICARDO MISKO CAMPINEIRO,
Promotor de Justiça, Diretor da Promotoria de Justiça de Horizontina,
Responsável pelo Processo Seletivo.

ANEXO I

EDITAL 02/2018 - HORIZONTINA

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Nome do Candidato	N. Inscrição	Turno de estágio a que concorre
VICTÓRIA BARRICHELLO CALLEGARO	01	INTEGRAL
GABRIELA LUIZA CORSO	02	INTEGRAL
BRUNA LUISA SCHWAN	03	INTEGRAL
ANDRESSA ROSSI GELAIN	04	INTEGRAL
BETINA GOHLKE	05	INTEGRAL
JULIO CÉSAR IDALGO	06	INTEGRAL